



DISCURSO DE POSSE

(do Ministro Bruno Dantas, na presidência do Tribunal de Contas da União, em 14 de dezembro de 2022)

[SAUDAÇÃO]

Em 13 de agosto de 2014, quando tomei posse como ministro neste Tribunal de Contas da União citei uma passagem do Livro de Eclesiastes: “Tudo tem seu tempo determinado sobre a face da terra”.

Aquele momento era, deveras, tempo de comemorar.

A missão que então fui investido me permitiria um novo olhar sobre a administração pública.

Com muita gratidão, revisito os meus oito anos de exercício do cargo e os acontecimentos de nossa história e compreendo humildemente a responsabilidade desta secular instituição para com o país.

Hoje, quando sou empossado na presidência do Tribunal de Contas da União, percebo, Presidente JOSÉ SARNEY, que é tempo de reconstruir.

Nesta data de 14 de dezembro, por uma feliz conspiração do destino, celebra-se o Dia Nacional de Combate à Pobreza, instituído pela Lei nº 11.172 de 2005, sancionada pelo presidente LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.



Acerca deste dia, o então presidente do Congresso Nacional, JOSÉ SARNEY, referência incontroversa de democrata, intelectual, escritor, e uma das mais superlativas personalidades da vida pública brasileira, meu amigo pessoal e conselheiro, se expressou:

Diante desse problema de tantas faces - a maior de todas, a tragédia das crianças mortas pela fome -, o presidente Lula da Silva mobiliza nossas consciências num chamamento para um mutirão generoso de combate a essa vergonha mundial, que não pode subsistir num país de tão amplas riquezas e grande capacidade de produzir alimentos como o Brasil.

Não poderia eu, portanto, dedicar este momento senão a concitar as senhoras e os senhores a refletir sobre a situação social de nosso país e o papel das instituições democráticas em nossa quadra histórica.

Ao eleger desde muito cedo o serviço público como minha missão, estabeleci como propósito trabalhar para que todo cidadão brasileiro tenha uma vida digna e compatível com a grandeza de nossa nação.

No parlamento, como servidor de carreira, pude empreender e compreender que a escuta, o diálogo e o respeito à diversidade de opinião são a essência da vida democrática.

Presidente RODRIGO PACHECO, minha trajetória no Senado Federal iniciou-se no já distante ano de 2003, quando ingressei nos quadros daquela Casa, presidida por Vossa Excelência, pela via estreita do concurso público. Em 2007, minha nomeação como Consultor-Geral pelo então

presidente, Senador RENAN CALHEIROS, a quem homenageio nesta data, foi precedida de uma consulta ao Ministro GILMAR MENDES, com quem havia trabalhado na Reforma do Judiciário.

Segui no cargo de Consultor-Geral com a renovação do ato de nomeação pelos Presidentes TIÃO VIANA, GARIBALDI ALVES e JOSÉ SARNEY. Fui Consultor-Geral de todos eles.

Essa companhia respeitosa foi e tem sido importante fonte de aprendizado para mim.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nos últimos anos, vivenciamos um verdadeiro retrocesso civilizatório, em que o alarido das redes sociais e a instabilidade institucional relegaram ao segundo plano o que deveria ser prioritário em nossa sociedade.

Eis o resultado.

A fome e a pobreza, que gradativamente se afastavam de nós, voltaram a atormentar o país em níveis elevados, atingindo mais bruscamente as mulheres, as crianças e as pessoas negras.

O estudo “Síntese de Indicadores Sociais” do IBGE, revela que:

- em 2021, a pobreza teve aumento recorde e atingiu 62,5 milhões de brasileiros, maior índice desde 2012;

- a proporção de crianças menores de 14 anos de idade abaixo da linha da pobreza chegou a 46,2%, o maior percentual da série iniciada em 2012;
- a proporção de pretos e pardos abaixo da linha da pobreza (37,7%) é praticamente o dobro da proporção de brancos (18,6%); e
- cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estão abaixo da linha da pobreza.

Hoje, no Brasil, mais de 33 milhões de pessoas não possuem o suficiente para comer, o equivalente à população do Peru ou quase duas vezes a do Equador, de acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19.

Mas, apesar do quadro dramático que descrevi, assumo a presidência deste Tribunal munido de otimismo, convicto de que agora é tempo de reconstruir; é tempo de pacificar, é tempo de dar as mãos.

Cada instituição brasileira tem o inadiável dever de intensificar os seus melhores esforços em prol dos vulneráveis.

Uma interpretação mais apressada poderia indagar: o que o combate à fome e à pobreza, tema político por excelência, teria a ver com o Tribunal de Contas da União?

Tem tudo a ver, minhas senhoras e meus senhores, e por vários motivos.

Primeiro porque o Tribunal de Contas da União não é uma instituição de governo, mas sim uma instituição do estado.

Segundo, porque a incumbência constitucional de velar pelo bom uso dos bens e dinheiros públicos impõe o dever de aferir se o orçamento está sendo devidamente alocado nas políticas sociais prometidas à população.

Quando da instalação do Tribunal de Contas, o primeiro deles, em 1893, SERZEDÊLLO CORRÊA, Ministro da Fazenda de FLORIANO PEIXOTO, expressou assim seu contentamento:

Felicito o país e a República pelo estabelecimento de uma instituição que será a garantia de boa administração e o maior embaraço que poderão encontrar os governos para a prática de abusos no que diz respeito a dinheiros públicos.

É aquela mesma instituição, agora bafejada pelos ventos democráticos e modernizadores da Carta de 88, que tenho a honra de integrar e agora presidir, numa investidura *pro tempore*, na preciosa companhia de ministros conscientes da dimensão de suas responsabilidades e assessorado por um dos quadros mais bem preparados do funcionalismo público.

Diante dos desafios postos, conclamo esta Casa a declarar como prioridade na agenda de prioridades o exercício de nossas competências

institucionais para acompanhar e alavancar as políticas públicas destinadas à redução de desigualdades sociais e econômicas.

No cenário de escassez de recursos públicos em que vivemos, precisamos revisitar periodicamente os resultados das políticas que adotamos, e compará-las com as alternativas possíveis, em busca de eficiência, em busca de fazer mais com menos.

Passa da hora de desenvolvermos, de maneira customizada para a nossa realidade, inclusive contando com auxílio da tecnologia, estratégias e métodos de reexame de políticas públicas, de priorização das demandas e de reorientação dos gastos, dentro da permanente vigilância da responsabilidade fiscal.

Queremos, da mesma forma, dividir essa tarefa com a sociedade. Seremos parceiros nessa jornada. Não queremos ter apenas os 1500 auditores que temos hoje. Queremos os 215 milhões de brasileiras e brasileiros engajados nessa epopeia cidadã.

Desenvolveremos um *ranking* nacional de transparência dos municípios, para que a Lei de Acesso à Informação, sancionada pela Presidente DILMA ROUSSEFF, em 2011, seja uma realidade em cada longínquo ponto do território nacional.

O TCU vive, como instituição, um momento único. Assumimos em novembro deste ano, como bem referido pela nossa Procuradora-Geral, a presidência da Organização Internacional das Instituições Superiores de

Controle, a Intosai, que tem status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas.

Trabalharmos em cooperação com organismos internacionais e alinhados aos objetivos do desenvolvimento sustentável elencados pela ONU ampliará nossa capacidade de resposta aos anseios da nossa sociedade, em especial em temas como erradicação da pobreza e da fome, preservação do meio ambiente, combate às mudanças climáticas, inclusão, diversidade e equidade de gênero.

Dialogar com a comunidade internacional permite que aprendamos e ensinemos. Essa troca virtuosa, sem cabotismo e sem complexo de viralata, permite que nos reposicionemos na cena global.

Mas também é preciso dialogar para dentro.

Um tema a que tenho me dedicado é a implantação da cultura do consensualismo no Brasil, Governador RUI COSTA.

Defendo que também é possível obter economicidade em acordos com o Estado, onde cada lado cede um pouco, mas o interesse público é preservado.

Isso nos afastará do “apagão das canetas” ou, como escrevi em artigo no jornal “O Globo”, impedirá a infantilização da gestão pública em nosso país, onde os tomadores de decisão deixam de agir por medo dos órgãos de controle, como crianças inseguras temem pais opressores.

Naquele texto, publicado nos idos de 2018, rememorei o jurista argentino ROBERTO DROMI, Ministro ANTÔNIO ANASTASIA -

também citado por Vossa Excelência em seu discurso por ocasião da escolha do Senado para integrar essa Corte -, DOMI desenvolvera, com ironia, o “código do fracasso na administração pública”:

“Art. 1º: não pode;

Art. 2º: em caso de dúvida, abstenha-se;

Art. 3º: se é urgente, espere;

Art. 4º: sempre é mais prudente não fazer nada.”

Concluí, na ocasião, que o Brasil precisava revogar aquele código urgentemente.

E aqui faço uma revelação, no dia 18 de dezembro de 2018, quando aquele artigo foi publicado, logo às 8 horas da manhã, recebi uma mensagem de texto no meu celular do Governador da Bahia, RUI COSTA, me descrevendo o entusiasmo com que o artigo era debatido no grupo de *whatsapp* dos governadores de estado.

Agora, assumindo a presidência do TCU, propus ontem e o Tribunal aprovou à unanimidade, a criação da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos.

Minhas senhoras e meus senhores,

Neste momento, meu pensamento se volta para a Bahia, estimado Senador JAQUES WAGNER. Sou natural de Salvador, baiano como nosso patrono, RUY BARBOSA, jurista, político, diplomata e jornalista que

honrou o Brasil. Em outubro de 1896, esse grande brasileiro pronunciou um discurso antológico no Senado, que ficou conhecido como “resposta a CÉSAR ZAMA”.

Ao se defender do ataque frontal de seu adversário político, meu ilustre conterrâneo afirmou que “meu país conhece o meu credo político, porque meu credo político está em minha vida”.

Daquela memorável peroração, eu gostaria de destacar o vigor de RUY, dizia ele:

CREIO na liberdade onipotente criadora das nações robustas; CREIO na lei emanção dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; CREIO que neste regime não há poderes soberanos e que soberano é o direito interpretado pelos tribunais; (...)

CREIO na tribuna sem fúria e na imprensa sem restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade; CREIO na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito, e disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades.

REJEITO a doutrina do arbítrio. ABOMINO as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. DETESTO os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. (...) OPONHO-ME



aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância.

Atualizando RUY, digo eu:

Não é patriota quem prega violência; quem destrói o patrimônio público ou privado; quem agride ou fere terceiros por diferenças ideológicas; quem se arma para derramar o sangue de seus patrícios.

Não é patriota quem drena a energia, a alegria e a paz de seu povo.

Patriota é aquele que ama o seu país. Patriota é quem busca fortalecer as instituições republicanas e democráticas. Patriota é a parcela da sociedade brasileira que quis e participou ativa e pacificamente para a recuperação da cidadania, vendo triunfar a democracia contra o arbítrio na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Eu poderia, Ministro ALEXANDRE DE MORAES, repetir cada palavra pronunciada por Vossa Excelência na solenidade de 12 de dezembro último, por ocasião da diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos.

Mas suas palavras, somadas às de RUY, representam meu sentimento.

Senhoras e Senhores,

NORBERTO BOBBIO considerava a democracia como sendo idealmente o governo do poder visível, ou do governo cujos atos se desenvolvem em público, sob o controle da opinião pública. Em linguagem clara, a transparência dos atos governamentais é exigência da democracia, que rejeita biombos, véus e escaninhos secretos na administração pública.

No momento de maior estresse recente das instituições brasileiras, este Tribunal demonstrou que não é um mero órgão contábil, garantidor estéril de formalidades, mas guardião da essência dos valores republicanos.

Partilhamos de fiscalizações durante a pandemia - Ministro VITAL DO RÊGO, Ministro BENJAMIN ZYMLER -, para sermos garantes da vida, uma garantia constitucional, e para condenar sua violação e qualquer forma de negacionismo.

Participamos da auditoria do processo democrático, das urnas eletrônicas, para sermos garantes da democracia - Ministro EDSON FACHIN, Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO -. Demonstramos, a partir da aplicação de métodos e padrões internacionais de auditoria, que o processo eleitoral e as urnas eletrônicas são confiáveis e auditáveis.

Foi assim também que agimos duramente contra o peculato informacional, a propagação de informações falsas, “*Fake News*”, com dinheiro público, quando este Plenário deliberou pela suspensão de veiculação de publicidade governamental em sites criminosos e determinou ao Governo Federal a revisão das regras de governança pública sobre o financiamento de mídias digitais.



Nos perguntaram algumas vezes: qual é a motivação da atuação do Tribunal de Contas da União?

E eu sempre respondi: é a mesma e uma só: a defesa do interesse público e da democracia.

Não foi por outro motivo que os constituintes colocaram este tribunal, Presidente ARTHUR LIRA, como costela da espinha dorsal da democracia, que é o poder Legislativo, seu símbolo máximo.

Assumo hoje a presidência do Tribunal de Contas da União com humildade e ciente da grande responsabilidade envolvida. Serei o mesmo de sempre, agindo com polidez, serenidade e respeitando a todos.

Existe uma conhecida frase atribuída ao notável escritor colombiano GABRIEL GARCIA MARQUEZ, que me acompanha e evita que a vaidade turve as minhas atitudes: “um homem só tem o direito de olhar outro de cima para baixo para ajudá-lo a levantar-se”.

Por dever de justiça, cumpre-me reconhecer o espírito público da eminente Ministra ANA ARRAES que, dignamente, antes de deixar a presidência do Tribunal de Contas da União, pavimentou o caminho para uma transição segura, serena e sem sobressaltos.

Presto merecida reverência a todos os ministros que, com competência e retidão, presidiram esta Corte de Contas. Saúdo a todos na

pessoa de nosso hoje decano, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES.

Estou irmanado nessa missão institucional com o Ministro VITAL DO RÊGO, meu dileto amigo, paraibano como meu pai, agora empossado como vice-presidente do Tribunal de Contas da União.

Caráter sem jaça, VITAL DO RÊGO é formado em Medicina e Direito. Foi professor, Vereador, Deputado e Senador da República. É verdadeiramente um humanista e no TCU se destaca pela sensibilidade social de suas decisões. Sua experiência, sua serenidade e sua companhia nessa jornada são indispensáveis para enfrentar os desafios e aprimorar o controle externo.

Agradeço ao Ministro ANTÔNIO ANASTASIA pelas generosas palavras e pela cordialidade que habitualmente me dedica e mais uma vez externou nesta solenidade. Fui sempre um admirador de Vossa Excelência, professor ANASTASIA.

Sou igualmente grato e honrado pelas palavras da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU, CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA.

Comovido com as homenagens, declaro que confiança não se agradece; se retribui com lealdade, trabalho, retidão de caráter, espírito público e sensibilidade, Ministro LEWANDOWSKI.

Estejamos certos de que tenho plena consciência da responsabilidade sobre os meus ombros e tudo farei para merecer o apoio e

a consideração dos meus colegas ministros e da sociedade brasileira, na condução dos destinos do Tribunal de Contas da União nesse mandato que se inicia.

Em especial, faço um preito de gratidão e amor aos meus queridos pais.

Minha mãe, ISIS, é natural de Queimadas, interior da Bahia. Funcionária pública dedicada, me passou maciças lições de vida, com paciência e carinho.

Meu pai, ARNALDO, comerciante correto e honrado me ensinou a importância de viver honestamente e me estimulou a estudar. A eles devo a minha formação humanista de respeito ao próximo e ao bem comum.

Encerro com meu pensamento e meu coração mais uma vez na Bahia que, repito sempre, me deu régua, compasso e desembaraço. Passei minha adolescência em Feira de Santana, a “Princesa do Sertão”, de onde, honradamente, sou Cidadão Honorário.

Brasília me deu espaço, lastro e passo. Vivi intensamente, aprendi diariamente, cresci constantemente nesta cidade que me acolhe há 25 anos.

E assim chego a este dia. Mais amadurecido e vivido, mas com o mesmo coração palpitante e o mesmo brilho nos olhos do menino baiano que carregava consigo todos os sonhos do mundo.

Reitero meus compromissos com o Brasil, com a democracia, com a Constituição da República e as leis do país, com o exercício do controle



externo como eficaz instrumento de fiscalização dos atos e atividades da administração pública.

Muito obrigado a todos pela atenção com que me ouviram.